



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

47ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

30/04/2025

Aos 30 dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, após verificação de quórum em segunda chamada, às 14:11, a conselheira Maristela Rangel, titular, abriu a 47ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma online, com a presença verificada de 24 membros titulares e 14 membros suplentes, quais sejam:

Maristela Rangel Pinto - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular.
José Oliveira Junior - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente.
Patrícia de Cássia Gomes Moreira - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente.
Verônica Ildefonso Cunha Coutinho - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular.
Fernando Antônio Tibúrcio de Oliveira - Empresa Mineira de Comunicação, Titular.
Ivan dos Santos Cândido - Fundação Clóvis Salgado, Titular.
Vanusa Rodrigues Chaveiro - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Suplente.
Luis Gustavo dos Santos Dutra - Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, Titular.
Débora Balarini Nery Martins - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Suplente.
Izabella Cristina Rosa Nigri - Secretaria de Estado de Educação, Titular.
Eduardo Silva da Silveira - Secretaria de Estado de Fazenda, Titular.
Maria da Penha Siqueira de Araújo - Secretaria de Estado de Governo, Suplente.
André Luiz Veloso Ferreira - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Titular.
Werlen Fonseca Vieira - Artesanato Sociedade Civil, Titular.
Aryanne Ribeiro - Audiovisual e Novas Mídias Sociedade Civil, Titular.
Terezinha Lucia de Avelar - Audiovisual e Novas Mídias Sociedade Civil, Suplente.
Beatriz de Souza Resende - Circo Sociedade Civil, Suplente.
Daiany Soares Sarmento - Cultura alimentar e gastronomia Sociedade Civil, Titular.
Luis Fabiano dos Santos - Culturas afro-brasileiras Sociedade Civil, Titular.
Eni Carajá Filho - Culturas indígenas Sociedade Civil, Titular.
Thaynã Fernandes Araújo Paes - Culturas populares e tradicionais Sociedade Civil, Titular.
Jussara Braga Bastos - Danças Sociedade Civil, Titular.
Wenderson Godoi dos Santos - Danças Sociedade Civil, Suplente.
Antonio Carlos Pimenta Diniz - Design e artes visuais Sociedade Civil, Titular.
Gicelaine Pinheiro Leite Bicalho - Design e artes visuais Sociedade Civil, Suplente.
Pedro Márcio Nascimento Pizelli - Entidades sociais culturais Sociedade Civil, Titular.
Marina Coutinho Azze - Entidades sociais culturais Sociedade Civil, Suplente.
Mary Figueiredo Arantes - Moda Sociedade Civil, Titular.
Carlos Alexandre Ribeiro Batista - Moda Sociedade Civil, Suplente.
Andressa Iza Gonçalves - Museus, espaços de memória e acervos Sociedade Civil, Titular.
Jeferson Rios Domingues - Museus, espaços de memória e acervos Sociedade Civil, Suplente.
Leandro César da Silva - Música Sociedade Civil, Titular.
Cassiano Alves Maçaneiro - Música Sociedade Civil, Suplente.
Platinny Dias de Paiva - Patrimônio cultural Sociedade Civil, Titular.
Charles Moraes De Lima - Patrimônio cultural Sociedade Civil, Suplente.
Luciene da Silva Nogueira - Política Estadual de Cultura Viva Sociedade Civil, Titular.
Lucas Cristian de Oliveira (Sidrach) - Produção cultural e técnica Sociedade Civil, Titular.
Morrison de Oliveira - Teatro Sociedade Civil, Titular.

Pautas

1. Política Nacional Aldir Blanc (PNAB):
 - Balanço inscritos
 - Planilha de exercício com o Consec

Maristela: abre a reunião informando que o plano de ação da PNAB 2025 já foi feito e está aguardando aprovação, com o preenchimento do PAR previsto para estar disponível até 5 de junho. Ela ressaltou a extrema importância da reunião para definir os rumos do PAR 2025.

Jose Junior: confirma que a pauta única da reunião é a PNAB. Dividiu a discussão em dois momentos: um balanço dos inscritos na edição passada e os

dados em tempo real para o próximo ciclo, além de uma planilha de exercício enviada ao Consec.

Thaynã: questionou o encaminhamento dado às moções de repúdio votadas na última reunião. Ele também buscou esclarecer uma discussão anterior sobre vedação etária de conteúdo, que está ligada a conteúdo explícito, não a questões etárias em si, reiterando a importância do tema devido ao preconceito histórico contra a população LGBTQIFPN+.

Jose Junior: respondeu que o tema das moções não estava na pauta, sugerindo que fosse discutido na reunião seguinte, e informou que Bruno responderia sobre o encaminhamento.

Bruno: confirmou que as moções seriam encaminhadas para assinatura da vice-presidente na semana seguinte, pois a semana atual foi dedicada à PNAB.

Jose Junior: retomou a apresentação da planilha, mencionando que ela inclui sugestões de acordo com o limite orçamentário. Ele listou as principais dificuldades relatadas na consulta pública sobre a PNAB 2024: dificuldade para receber orientação da SECULT (38%), dificuldade em obter retorno (37.1%), lidar com a OC (31.8%), entendimento dos editais (29.7%) e dificuldade em obter documento específico para propostas. Mencionou tipos de atividades que poderiam ser apoiadas: atividades artísticas (espetáculos, circulação, montagem) e formação de média/longa duração (mínimo de 24 horas). Mostrou também o Power BI geral sobre a PNAB 2024, e informou que um painel semelhante seria criado para a PNAB 2025.

Link POWER BI:

<https://app.powerbi.com/viewr=eyJrJoiYWZmM2Q0OWUtYzdmZi00Mjg4LTkwODMtMGMwMTY5NmM1Y2Y5IiwidCI6ImU1ZDNhZTdjLTliMzgtNDhkZS1hMDg3LV>

Bruno Takahashi: explicou que o painel permite identificar questões por segmento ou cidade, sendo importante para alcançar municípios com pouca ou nenhuma participação. Ele explicou que o número de 18.339 representa o total de inscrições. Ele mostrou tabelas filtráveis por linha de repasse e editais.

Sidrach: ressaltou a importância de discutir os problemas de execução da PNAB 2024 e observar os dois primeiros anos para equilibrar a distribuição de recursos. Ele questionou o uso dos recursos de operacionalização, pedindo mais transparência, também indagou sobre o que está sendo feito para melhorar as condições de trabalho dos pareceristas e o processo de avaliação/inscrição.

Jussara: voltou a perguntar sobre o encaminhamento da última reunião referente ao FEC, buscando saber se ele está sustentável e pediu esclarecimento sobre o número de inscritos apresentados

Jose Junior: reiterou que FEC não estava na pauta PNAB, mas concordou em discutir encaminhamentos de reuniões passadas ao final da sessão

Eni Carajá: enfatizou a necessidade de busca ativa para alcançar comunidades indígenas em territórios e contextos urbanos, que muitas vezes não entendem a linguagem dos editais, sugerindo um seminário ou debate sobre o tema.

Jose Junior: apresentou as sugestões de distribuição orçamentária em planilha, mostrando diferentes cenários e o total de R\$ 36.581.495,00 disponível. Ele explicou que as sugestões incluíam ações de criação, circulação, formação e memória/trajetórias, sendo as trajetórias focadas em culturas populares neste primeiro momento. Ele explicou que valores não utilizados em Mostras/Festivais seriam redistribuídos dentro do próprio segmento.

Andressa: questionou a redução de 136 para 106 milhões no orçamento, sendo informada que a diferença se deu por um desconto compulsório para o PAC, ressaltou que memória é transversal e não deve ser limitada ao segmento específico, pedindo para que essa transversalidade fosse considerada na distribuição

Jose Junior: informou que uma planilha de sugestão posterior levaria em conta a solicitação de aumentar valores por atividade com base nessa transversalidade.

Cassiano: questionou como o recurso da PNAB 2024 foi utilizado e a necessidade de conciliar a demanda dos proponentes com as necessidades reais.

Aryanne: destacou a importância de não deixar as discussões para a última hora e pediu clareza sobre onde os recursos de operacionalização seriam usados, defendeu a alta demanda do audiovisual. Enfatizou que a PNAB não é a única fonte de financiamento e que é preciso discutir a função de cada mecanismo (PNAB, FEC, Lei IC) de forma integrada. Ela também ressaltou a importância da participação das vinculadas (Faop, FCS, etc.) nas discussões e execução dos editais e na orientação aos proponentes.

Morrison: concordou com a limitação de projetos por proponente, mas sugeriu pensar em como isso afeta pessoas com papéis secundários em associações, levantou a necessidade de pensar em critérios de rodízio de beneficiários ao longo dos anos para evitar concentração de recursos.

Thaynã: busca entender os segmentos e as demandas; reconhecer a disponibilidade à democracia por parte da Secult; Necessidade de implementar a busca ativa efetivamente neste novo ciclo; Abrir editais que vão ajudar na escrita de projetos e na atualização dados; Parecer duplo; sugere a contratação de serviço para elaborar editais; contratação para melhoria da plataforma

Maristela: sugeriu que o Thaynã envie a proposta de busca ativa para todos

Cassiano: defende que o segmento não pode depender somente da PNAB; qual outro mecanismo atenderá os outros segmentos que não tinham percentual mínimo, afirma que as discussões têm sido fragmentadas, sugere organizar discussão mais ampla sobre função dos mecanismos e necessidades dos segmentos

Aryanne: entende que a discussão mais ampla, trazendo a demanda do segmento, presença das vinculadas nas discussões e desenhos da PNAB; solicita que de fato a EMC e vinculadas da Secult acompanhem o processo todo dos editais e pareceristas, importante o mapeamento regional da incidência

Antony: questionou a sugestão de contemplar trajetórias apenas para culturas populares, pedindo que a premiação fosse estendida para designers, que ficaram de fora na primeira PNAB, também pediu que os segmentos de design e artes visuais fossem considerados em conjunto ou tivessem o recurso aumentado.

Platinny: sugeriu que editais de subsídio para espaços e atividades formativas não excluam empresas e entidades com fins lucrativos como proponentes, argumentando que essa exclusão não está prevista na lei da PNAB e limita o alcance e os recursos.

Godoi: expressou preocupação com a profundidade da análise dos números, questionando se a "demanda" apresentada refletia a realidade, especialmente em segmentos como Dança e Circo que viram cortes drásticos, pediu para olhar além dos números para entender o contexto e como eles foram alcançados.

Jose Junior: esclareceu que Mostras/Festivais não foram retirados e que a proposta garante um valor mínimo para todos os segmentos, mas que discutir "perda" impede o avanço.

Godoi: reiterou que sua preocupação era com a proposição de talvez *não fazer* Mostras/Festivais e com a gestão mais ampla, não apenas com os números.

Jussara: reforça a atenção na questão dos pareceristas, problemas na execução de 2024, atenção na atuação das vinculadas

Mari: retoma a discussão da Jussara sobre cada um deve se definir (em termos de segmento), capacitar as pessoas para que utilizem as alternativas de fomento oferecidas

Jose Junior e Aryanne: sugeriu que os conselheiros tivessem tempo para discutir as propostas com seus setores e que uma nova reunião extraordinária online fosse marcada antes da reunião presencial para definir o valor total por segmento.

Maristela: concordou com a necessidade de mais tempo para a discussão com os setores, citando aprendizados da edição passada. Ela sugeriu focar primeiro na definição de *percentuais* por segmento, o que facilitaria o trabalho posterior com as linhas de edital.

Jussara: explicou o processo de discussão em seu setor (Dança), que envolveria debater valor e linhas simultaneamente, mas ressaltou a necessidade de tempo para articulação com o setor.

Votação sobre a definição do valor total por segmento:

Opção A) Definir hoje [1 voto]

Opção B) Definir em reunião posterior [19 votos]

Abstenções: 2 (Daiany, Thayná)

Resultado: Definido que a discussão seria retomada em reunião posterior.

A data da reunião posterior foi discutida:

A sugestão foi uma reunião extraordinária online em **14 de maio, das 14h às 17h30**, para definir o valor total por segmento.

A reunião presencial nos dias **21 e 22 de maio** será para discutir os editais e prioridades.

Jussara: problemas na execução do FEC 24 relacionados à Faop e FCS, especificamente a divergência entre o prazo de contrapartida (6 meses na plataforma) e o prazo de prestação de contas (60 dias no edital de premiação "Raízes"), causando notificação de atraso aos proponentes. Também mencionou falta de retorno sobre readequações de projetos com a FCS

Maristela: se comprometeu a verificar a situação com a Faop.

Ivan Candido: explicou que as vinculadas estão aprendendo neste primeiro ano de execução do FEC, que há ritos legais a seguir e um enorme volume de trabalho para pareceristas e equipes, além de proponentes enviarem documentos para o lugar errado. Ele concordou com a necessidade de ajudar os proponentes a entenderem a gestão dos projetos.

Maristela Rangel Pinto atualizou sobre os 2 editais pendentes (Pontos e Pontões de Cultura), explicando que o atraso se deve à retirada da equipe do Ministério da Cultura da comissão de avaliação paritária, o que exigiu consulta jurídica e recomposição da comissão pela SECULT e sociedade civil. O retorno jurídico é esperado para a semana seguinte.

Tayná: sugeriu a realização de lives para esclarecer dúvidas sobre SAPC, PNAB e FEC e enviar comunicados por e-mail aos proponentes. Ele reiterou a proposta da conferência de aumentar o quadro de pessoal da SECULT. Ele sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para analisar propostas de busca ativa, como a enviada por ele do estado de Pernambuco, e adaptá-la para Minas Gerais. Foi sugerido que a instituição do GT fosse ad referendum do Consec na próxima reunião.

Andreza: perguntou sobre o orçamento do FEC e como seria a definição dos editais, já que o edital Restaura Minas 2 não ocorreria, e se haveria um GT do FEC.

Maristela: confirmou o orçamento de 22 bilhões e que a reunião presencial discutiria o FEC, pedindo que os conselheiros trouxessem propostas de editais.

Leandro: perguntou sobre a situação da LEIC expressando temor de que os recursos se esgotassem em breve

Maristela: respondeu que o orçamento da Lei IC aumentou para 179 milhões, o que impulsionou a captação, e que a SECULT monitora a situação em reuniões mensais com a SEFIC, trabalhando dentro do limite orçamentário. Ela ressaltou os prazos internos para tramitação de projetos da Lei IC. A próxima reunião da SEFIC ocorreria naquele dia.

Reunião encerrada.

Link da gravação da reunião: https://www.youtube.com/live/w8NtNq1bO6M?si=3jV4t_rQsFpL1_95



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Hildebrand Robleno, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Coutinho Azze, Cidadão**, em 10/07/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HENRIQUE LEMOS REIS, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 06:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Cidadão**, em 11/07/2025, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116396129** e o código CRC **D673B739**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 116396129